

Informação

[Projeto de Resolução n.º 1447/XIV/3.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola

[Projeto de Resolução n.º 1390/XIV/3.ª \(CDS-PP\)](#) – Requalificação e reabilitação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola

[Projeto de Resolução n.º 1407/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola

[Projeto de Resolução 1413/XIV/2.ª \(BE\)](#) - Pela realização de obras de requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, Grândola

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, em reunião da Comissão de 12.10.2021.

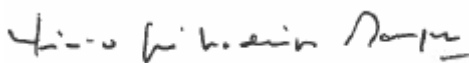
1. Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa (poderes dos Deputados) e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República (poderes dos Deputados), foram apresentadas as seguintes iniciativas:
 - [Projeto de Resolução n.º 1447/XIV/3.ª \(PSD\)](#) – Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola
 - [Projeto de Resolução n.º 1390/XIV/3.ª \(CDS-PP\)](#) – Requalificação e reabilitação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola
 - [Projeto de Resolução n.º 1407/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - Recomenda ao Governo a requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola
 - [Projeto de Resolução 1413/XIV/2.ª \(BE\)](#) - Pela realização de obras de requalificação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, Grândola
2. A discussão das iniciativas acima identificadas ocorreu na reunião da Comissão de 12 de outubro de 2021.
3. A Deputada Fernanda Velez (PSD) começou por referir que a escola foi inaugurada na década de 1970, está degradada, tem problemas estruturais e o PSD dirigiu uma pergunta ao Ministro da Educação a pedir informação sobre a requalificação da escola, mas a resposta do mesmo, de julho de 2021, não adianta nada. Acrescentou que a comunidade escolar e as autarquias da área estão preocupadas com a matéria, tendo adotado uma posição conjunta e indicou depois as recomendações que constam do respetivo Projeto de Resolução.
4. O Deputado Miguel Arrobas (CDS-PP) fez referência às deficiências da escola, nomeadamente, em termos de falta de impermeabilização, caixilharia, instalações desportivas, não dispor de refeitório e indicou que pedem a requalificação urgente, tendo concretizado as recomendações que constam do respetivo Projeto de Resolução e indicado que esperam que o Ministro da Educação garanta verbas para o efeito no Orçamento do Estado.
5. A Deputada Paula Santos (PCP) mencionou que a escola não tem condições, pelo que solicitam a requalificação de fundo e urgente, na linha da posição conjunta da comunidade educativa e das autarquias da área, bem como a modernização tecnológica, que o processo tenha o envolvimento da comunidade escolar e que haja disponibilização de financiamento por verbas comunitárias e do Orçamento do Estado. Realçou ainda a necessidade de criação de condições em termos de escola inclusiva e de sucesso escolar.
6. O Deputado Luís Monteiro (BE) enfatizou o facto de a escola ter a degradação resultante do facto de já ter 59 anos e ter tido poucas intervenções, tendo ainda as caixilharias

originais, coberturas de fibrocimento e não ter refeitório, nem isolamento térmico. Acrescentou que acompanham a posição das entidades envolvidas e nesse sentido apresentaram o Projeto de Resolução em apreciação.

7. O Deputado Fernando José (PS) referiu que têm acompanhado o processo há muitos anos, até em Governos do PSD e do CDS-PP e o Governo tem um papel determinante, mas também há necessidade de envolvimento da Câmara Municipal de Grândola. Saliu depois que várias autarquias fizeram um protocolo com o Ministro da Educação para retirada do amianto, incluindo escolas do 1.º ciclo, mas também de outros e do ensino secundário. A terminar, mencionou que esperam que se encontrem verbas no Plano de Recuperação e Resiliência e fez referência à delegação de competências para as autarquias que se vai concretizar em 2022.
8. A Deputada Paula Santos (PCP), a finalizar, salientou que se trata de uma escola do ensino secundário, da competência do Ministério da Educação, sendo uma escola com quase 70 anos, os vários Governos não fizeram nada e não deve passar-se a responsabilidade para as autarquias, tendo reiterado depois a recomendação de requalificação da escola. Acrescentou ainda que em relação à retirada do amianto houve indicação do financiamento a 100%, mas isso não se verificou.
9. O Deputado Miguel Arrobas (CDS-PP), a terminar, e tendo presente a sua experiência na Câmara de Cascais, referiu que nesse concelho foi a Câmara que assumiu as obras que eram da competência do Governo, mas há autarquias que não têm capacidade financeira para o efeito.
10. A Deputada Fernanda Velez (PSD), numa intervenção final, realçou que o PCP tem viabilizado os Orçamentos do Estado e não tem sido incluída nos mesmos verba para as obras na escola.
11. Realizada a discussão, cuja gravação áudio será disponibilizada nos projetos de resolução referidos, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação das iniciativas na reunião plenária, nos termos do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 12 de outubro de 2021

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Firmino Marques)